

Cartas Pedagógicas entre bichas pretas periféricas: relato de experiências sobre narrativas dialógico-identitárias na Pós-Graduação

Daniel Amâncio de Oliveira¹
Antônio Cícero de Andrade Pereira²

Resumo: Este artigo teve como objetivo compartilhar, através de relato de experiências, como seus autores se (re)conheceram bichas pretas periféricas, no âmbito da Pós-Graduação *Stricto sensu*, ao ponto de firmarem parceria acadêmica, resultando na produção do trabalho final de uma disciplina cursada em 2022. Para tanto, escolheram as Cartas Pedagógicas como modo outro de documentar suas narrativas identitárias. Tais registros permitiram uma reflexão acerca da importância de ocupar esses espaços de poder e de anunciar suas identidades interseccionais bichas pretas periféricas, bem como intelectuais e agentes epistemopolíticos.

Palavras-chave: Cartas Pedagógicas; identidades interseccionais; Pós-Graduação.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana (PPGECH/UFSCar). Psicólogo Clínico. Email: psi.amanciodaniel@gmail.com

² Aluno Regular de Doutorado no PPGEEd-So/UFSCar e no PPGES-UFSB. Bolsista FAPEPI do Programa de Bolsas de Doutorado Fora do Estado. Graduado em Ciências Biológicas. Professor Assistente IV da UESPI. Email: antonio cicero@frn.uespi.br

O presente artigo é uma escrita realizada por duas pessoas, as quais foram incentivadas por duas professoras parceiras acadêmico-profissionais e de vida, que se constituem lésbicas, formando um casal homoafetivo há mais de dez anos, e que juntas lecionaram a disciplina intitulada “Educação, Comunicação e Feminismos”, ofertada pela Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos (PPGECH-UFSCar). Dito de outro modo, esse texto foi escrito por dois autores que se reconhecem como homens cisgêneros, lidos socialmente como homossexuais, negros e de origem pobre. Mas, será que estas são realmente as identidades interseccionais que abraçamos?

Tais marcas identitárias que nos foram rotuladas são por nós ressignificadas, uma vez que nos consideramos corpos políticos detentores de posicionamentos epistemológicos outros. Reivindicamos como nossas identidades interseccionais a denominação de bichas pretas periféricas.

Partindo da premissa de que nossas estimadas professoras nos apresentaram uma ementa de disciplina³, seguida de um cronograma de atividades balizado por propostas de leitura de textos que fundamentassem teórica, epistemológica e interdisciplinarmente sua oferta no segundo semestre de 2022, identificamos também sua potencialidade para com os estudos relacionados às masculinidades negras, sendo esta a temática de pesquisa de ambos os autores deste artigo.

Vale ressaltar que, dentro do contexto da disciplina em questão, pudemos identificar a presença de pessoas que ocupam diferentes grupos sociais, lugares estes que remetem a relações de poder e possíveis posições hierarquizantes no que tange aos privilégios sociopolíticos. Foi perceptível reconhecer uma diversidade de identidades de gêneros, ao considerar todas ali presentes. Todavia, houve um contraste quando levado em consideração suas identidades étnico-raciais, principalmente quanto ao quantitativo do alunado, posto que havia uma presença majoritária de mulheres brancas cisgêneros,

³ Segue o link de acesso à ementa da disciplina “Educação, Comunicação e Feminismos”, disponível em: <https://www.ppgech.ufscar.br/en/assets/arquivos/ementas-3/educacao-comunicacao-e-feminismos.pdf>

em detrimento de somente cinco pessoas autodeclaradas negras, sendo: uma mulher cisgênero afro-indígena, uma mulher cisgênero negra de pele clara, uma pessoa transgênero negra de identidade travesti e dois homens cisgênero negros, sendo estes últimos os autores do presente artigo.

Desta forma, mesmo sem nos conhecermos antes de cursar a referida disciplina, identificamo-nos logo de início e sentimos uma necessidade quase que magnética de formar uma parceria acadêmica, a priori, visando à produção do texto escrito em dupla, solicitado como avaliação final encomendada pelas professoras acima mencionadas. Todavia, uma dúvida comum à maioria dos cursistas da disciplina em questão se apresentou: como seria possível produzir um texto que tivesse relação com nossa proposta de pesquisa com alguém que não conhecemos?

É sobre isso que se refere o presente artigo. Trata-se do relato de experiências de como duas bichas pretas periféricas se reconheceram como sujeitos de mesmas identidades interseccionais e se uniram para a escrita de um texto voltado para a avaliação final da disciplina “Educação, Comunicação e Feminismos”.

Para tanto, além desta breve introdução, sistematizamos o presente relato de experiências em cinco seções, em formato interrogativo, da seguinte forma: Quais referenciais teóricos assumimos? Que abordagem metodológica escolhemos? De qual heurística nos apropriamos? Como assim tornar-se bicha preta periférica? Conclusão ou guisa à reflexão?

Quais referenciais teóricos assumimos?

Decorridas algumas semanas do início da disciplina responsável por nos reconhecermos como bichas pretas periféricas e nos aproximarmos, já era possível identificar que algumas leituras indicadas seriam significativas, principalmente, para nossa delimitação do tema, bem como para a construção de alicerces teóricos do texto que escreveríamos como avaliação final da disciplina. Dentre estas leituras, apontamos

as seguintes: *Por um modelo agonístico de democracia*, de Chantal Mouffe e *O enigma da igualdade*, da autora Joan W. Scott.

No primeiro texto, destacamos o pensamento da autora sobre a objetividade social ser constituída por meio de atos de poder. Para ela, “qualquer objetividade social é em última instância política e [...] tem de mostrar os traços de exclusão que governam a sua constituição” (Mouffe, 2005, p. 19). Dito de outra forma, o ponto de convergência entre a objetividade e o poder, receita predisposta à catástrofe, culmina no que se entende por hegemonia.

Já no texto de Joan Scott, evidenciamos seus argumentos acerca dos debates sobre igualdade e diferença, direitos individuais e identidades de grupo, que tomam forma polarizada quando abordam-se as ações afirmativas. Em um de seus argumentos, a autora recorre ao paradoxo conhecido como “o dilema da diferença”, ao afirmar que “igualdade e diferença não são opostos, mas conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão” (Scott, 2005, p. 14). Deste modo, concordamos com a autora quando ela salienta que a ação afirmativa, que foi já em sua articulação inicial uma política paradoxal, surgiu no intuito de acabar com a discriminação, não apenas chamando atenção para a diferença, mas abraçando-a.

Outro texto que nos foi apresentado no âmbito da disciplina e que nos inspirou para a produção de seu trabalho final foi o artigo intitulado *Estratégias de resistência de negras cotistas lésbicas e bissexuais*. Nele, as autoras Ana Luisa Alves Cordeiro e Daniela Auad destacam o desafio que é o processo de democratização da Educação Superior pública brasileira, principalmente para pessoas oriundas de escolas públicas, negras e negros, remanescentes de quilombo, povos originários, bem como outros grupos historicamente alijados que, por meio das políticas de ações afirmativas, vêm ocupando esse espaço, “problematizando com sua presença a ideia elitista de educação, centrada no padrão hegemônico do homem branco de classe média e alta tido como rico, heterossexual, urbano, cristão, sem deficiência” (Cordeiro; Auad, 2021, p. 3). As autoras ainda salientam a relevância da Portaria Normativa MEC nº 13/2016 para o

acesso em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência (PcD) em seus Programas de Pós-Graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas (Brasil, 2016).

Dentre os saberes oriundos de nossos textos de referência acima anunciados, sentimos falta de balizar os conceitos que dão sentidos e significados às identidades interseccionais por nós assumidas enquanto bichas pretas periféricas. Diante disso, recorreremos às leituras que já havíamos tido acesso em outras circunstâncias, pregressas à disciplina, que nos serviu de fio condutor para as discussões levantadas pelas autoras supracitadas. Referimo-nos à tese de Doutorado de Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017), intitulada *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Nesse texto, ela nos apresenta narrativas de professores que, assim como nós, autores do presente artigo, abraçam suas identidades interseccionais bichas pretas periféricas, como posição política de combate à discriminação em espaços de poder.

Outra contribuição relevante apresentada por Megg Rayara, a qual muito nos inspirou na idealização tanto de nossa parceria como para a produção do presente relato, está embasada naquilo que Michel Foucault nomeou como ‘estratégias de resistência’. A autora afirma:

Ainda que muitas pesquisas que servem de base para minha discussão demonstrem a manutenção de um quadro de normalização no qual estudantes e professores negros homossexuais são colocados numa posição de desvantagens em relação ao grupo branco e heterossexual, vale considerar outras variáveis, como, por exemplo, a utilização desses mesmos discursos para desenvolver estratégias de resistência (Oliveira, 2017, p. 35-36).

Podemos considerar que certas estratégias de resistência demarcam historicamente processos de (r)existência de pessoas negras. Clóvis Moura nos apontou que “os escravos negros, para resistirem à situação de oprimidos em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de se salvaguardarem social e

mesmo biologicamente, do regime que os oprimia” (Moura, 2020, p. 19). Não que devamos nos tempos atuais fugir para quilombos e/ou instaurar guerrilhas e ir para as vias de fato. Todavia, sabemos da importância de aquilombar-se⁴ aos nossos, para assim, em coletivo, fazermos uso de armas outras, não daquelas que disparam projéteis. Nossas armas são as palavras e toda a boniteza (Araújo Freire, 2021) que elas anunciam ao denunciar.

Nossa intenção sempre foi apresentar nossas palavras como modo de resistência, sejam elas escritas e/ou faladas, ao compartilhar nossas experiências e epistemes, tanto as aprendidas pelos livros como pela vida, pois ambos acreditamos em uma Educação como prática da liberdade, assim como nos ensinou Paulo Freire. “A resistência freiriana tem a ver com a possibilidade de mudar o mundo, compreendê-lo como dinâmico, recusando o discurso de que a mudança irá acontecer espontaneamente” (Moretti, 2019, p. 416).

Resistência através da Educação também foi o modo adotado por bell hooks para constituir-se intelectual, escritora e professora. Em sua obra “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” ela nos relata, inclusive, sua relação com as pedagogias freirianas, ao dizer:

Quero afirmar mais uma vez que foi a interseção do pensamento de Paulo Freire com a pedagogia vivida dos muitos professores negros da minha meninice (mulheres em sua maioria) – que se viam cumprindo a missão libertadora de nos educar de maneira a nos preparar para resistir eficazmente ao racismo e à supremacia branca – que teve profundo impacto sobre o meu pensamento a respeito da arte e da prática de ensinar (hooks, 2017, p. 74).

É possível perceber nessas palavras de bell hooks a importância da representatividade em sua formação, inspirando assim outras mulheres negras a resistirem pela Educação e pelas Artes.

⁴ Baseada no conceito de quilombismo de Abdias do Nascimento, Bárbara Oliveira Souza (2008) reconhece quilombo como ato de resistência e autonomia, dando-lhe o sentido de movimento, denominando tal movimento como ‘aquilombar-se’. Para Antônio Cícero de Andrade Pereira, aquilombar-se “abarcava uma dimensão secular de resistência e luta dos africanos e seus descendentes, chegando atualmente na batalha pela garantia de direitos fundamentais” (Pereira, 2022, p. 257).

Cabe-nos, aqui, salientar que nosso entendimento de representatividade engloba tanto seu sentido estético como legal e político, assim como explicitado por Conrado Dess. Para o autor, “quando falamos de uma coletividade, a representatividade se dá a partir daquelas características que são percebidas comumente em um grupo, como, por exemplo, a cor da pele” (Dess, 2022, p. 7).

Ao assumirmos nossas identidades interseccionais bichas pretas periféricas, preenchendo vagas como estudantes regulares na Pós-graduação em Universidade pública, colocamo-nos também como representantes de um grupo que compõe as minorias, ou melhor, a Maioria Minorizada (Santos, 2020).

Com o intuito de mapear brevemente essas ideias que nos foram enunciadas, buscamos tangenciá-las mediante um exercício de reflexão, para enfim escolhermos quais diretrizes iriam estruturar a escrita de nosso trabalho final da disciplina em questão. A seguir, apresentaremos essas escolhas epistêmicas e metodológicas que guiaram nossa produção de Cartas Pedagógicas.

Que abordagem metodológica escolhemos?

Pensar um percurso metodológico, assumi-lo como parte constituinte de nossa pesquisa e saber como transmiti-lo pela escrita acadêmica torna-se, na maioria das vezes, uma tarefa um tanto desafiadora, principalmente para nós, “jovens” pesquisadores, que almejam notoriedade acadêmica.

Ao refletirmos sobre o impasse que se anuncia, chegamos à seguinte questão: Como podemos ser autores, produzir conhecimentos e apresentá-los enquanto propriedade intelectual, quando ainda aspiramos reconhecimento acadêmico?

Tal impasse nos revela outra questão que consideramos um desdobramento da anterior: precisamos ter notoriedade acadêmica para só então sermos autores e assim produzir conhecimentos? Refletindo sobre ambas interrogativas, acreditamos que, mais

uma vez, precisamos nos apoiar no dilema da diferença (Scott, 2005) para vislumbrarmos decifrar tal paradoxo. Será que temos fôlego para tanto?

Sem ter a pretensão de solucionar definitivamente o paradoxo em questão, enxergamos uma possibilidade de iniciarmos nossa aspiração ao reconhecimento acadêmico por meio do compartilhamento de nossas experiências de pesquisa e ensino, através da elaboração do presente relato. Dito de outra forma, partimos da ideia da produção de relato de experiências vivenciadas no estudo de temáticas relacionadas à “Educação, Comunicação e Feminismos”, enquanto alunos de Pós-graduação, que concebem o conceito de relato de experiências como nos explicam os autores Ricardo Franklin de Freitas Mussi, Fábio Fernandes Flores e Claudio Bispo de Almeida (2021), ao afirmarem que

A partir da constatação da importância da elaboração e divulgação do conhecimento científico, emerge a necessária compreensão das diferentes possibilidades metodológicas e, também, das variadas modalidades para proposição e estruturação dos escritos acadêmicos, tais como, o relato de experiência (RE). Destaca-se que o RE não é, necessariamente, um relato de pesquisa acadêmica, contudo, trata do registro de experiências vivenciadas (LUDKE; CRUZ, 2010). Tais experiências podem ser, por exemplo, oriundas de pesquisas, ensino, projetos de extensão universitária, dentre outras (Mussi; Flores; Almeida, 2021, p. 62).

O que veio a ser constatado pelos autores supracitados corrobora com nossa ideia de que o presente texto corresponde a um relato de experiências. Para tanto, apoiamo-nos também naquilo que nos explicam Menga Ludke e Giseli Barreto da Cruz, pois “um relato de pesquisa é também um relato de experiência vivida. Todavia, nem toda experiência é resultante de um processo de pesquisa” (2010, p. 89). Nesse caso, compreendemos que nossa produção se enquadra não como uma pesquisa, mas como um relato de ensino, caracterizando-o assim enquanto relato de experiências.

De qual heurística nos apropriamos?

A priori, ao nos escolhermos como parceiros desta produção intelectual, nossa intenção era escrever um texto o qual pudéssemos destinar a outros sujeitos que, assim como nós, assumem as identidades interseccionais bichas pretas periféricas. Concordamos que, para tanto, precisaríamos nos conhecer melhor, entender minimamente a história de vida um do outro, ou seja, decidimos por (re)conhecer “quem é aquele que eu escolhi como parceiro de produção intelectual?”. Somente após executarmos este movimento por nós nomeado de ‘diálogos identitários’, demos início à escrita narrativa polifônica enquanto atores/autores na Pós-Graduação.

Mas de que modo poderíamos realizar esse movimento dialógico-identitário e, simultaneamente, produzir registros documentais que nos permitissem recorrer a eles quando necessário?

Foi aí que surgiu a seguinte proposta: por que não escrever cartas um para o outro, contando sobre momentos que compõem nossas trajetórias pessoal-acadêmico-profissional enquanto sujeitos de identidades interseccionais bichas pretas periféricas? E assim o fizemos. Mas antes, precisaríamos investigar como concretizar tal ação sem negligenciar quais estruturas balizam a escrita epistolar, partindo do pressuposto de que há rigor acadêmico para se escrever uma carta.

Segundo Maria da Conceição Passeggi (2010), as cartas encontram-se entre as diversas modalidades de textos autobiográficos amplamente utilizados no ensino superior. Sendo um dos gêneros discursivos autobiográficos, as cartas comumente carregam emoções/sentimentos que permeiam aqueles que as escrevem. São também utilizadas para narrar peculiaridades rememoradas pelo remetente ao destinatário, para notificar acontecimentos marcantes nos cotidianos ou mesmo para firmar os laços compartilhados entre pares.

Entretanto, não podemos esquecer que, ao escolhermos as cartas como modo de narrar nossas histórias de vida (mesmo em parte), representamos a população negra,

aqueles e aquelas que comumente são silenciados e que compõem a Maioria Minorizada no Brasil (Santos, 2020). Mas não somente isto, somos sujeitos de identidades interseccionais bichas pretas periféricas, que ocupam a Academia enquanto espaço de poder. Dito de outra forma, somos sujeitos epistemopolíticos (Passeggi; Souza, 2017) e, como tais, nossas cartas transcendem e configuram-se como Cartas Pedagógicas.

Para Ana Lúcia Souza de Freitas (2020), a dimensão política é intrínseca às Cartas Pedagógicas, todavia tal dimensão deve coexistir com a amorosidade, característica não menos fundante delas.

Outra peculiaridade relacionada às Cartas Pedagógicas é que elas “[...] não têm uma estrutura rígida, visto tratar-se, em primeira instância, de um movimento narrativo” (Brito, 2022, p. 196). No entanto, como uma Carta Pedagógica corresponde a uma produção intelectual, exige-se dela um certo rigor. Buscando cumprir tal exigência, decidimos adotar os cinco apontamentos para esboçar a elaboração de uma Carta Pedagógica, propostos por Ana Lúcia Souza de Freitas (2020) e adaptados por Solange Aparecida Silva Brito (2022) da seguinte forma:

- a) TÍTULO: Que seja provocativo; Que apresente e já delimite o tema; Que chame atenção; Que seja mais um convite ao diálogo para além de um título técnico.
- b) EXPERIÊNCIA: Sobre o que eu quero falar? Que/Qual experiência quero compartilhar na Carta Pedagógica? Porque quero propor uma discussão sobre esse tema/experiência?
- c) DESTINATÁRIO: Para quem vou/gostaria de escrever? Pode ser real, fictício, único, coletivo etc.; Que ative/aguçe a imaginação.
- d) MOTIVAÇÃO/PROBLEMÁTICA: Que inquietação quero responder quando me proponho a escrever sobre esse tema? É possível anunciar, denunciar, comunicar, expor, propor ...
- e) PROVOC-AÇÕES: Convite à resposta; provocar o leitor a dar continuidade ao processo incluindo o outro como sujeito desse movimento de autoria (Brito, 2022, p. 196-197).

De acordo com Freitas (2020, p. 99), “os cinco apontamentos indicam ações complementares, considerando a perspectiva de compreender a escrita como processo formativo complexo, ou seja, não se reduz a um passo-a-passo a ser seguido”.

Uma vez entendida a referida estrutura proposta para as Cartas Pedagógicas, iniciamos nossa correspondência por cartas no dia 06 de dezembro de 2022, sendo a

primeira intitulada “Carta Identitária”, onde um dos autores do presente artigo buscou narrar sua construção identitária interseccional enquanto bicha preta periférica. Não obstante, seu destinatário, o outro autor deste artigo, procurando atender às provocações (Freitas, 2021) anunciadas na carta recebida, elaborando sua carta-resposta à Carta Identitária, sendo esta recebida no dia 09 de dezembro de 2022. Nelas, buscamos narrar nossas trajetórias enquanto sujeitos de identidades interseccionais bichas pretas periféricas, que tinham como sonhos possíveis (Freire, 2013) o ingresso e quiçá a conclusão em curso de Graduação, almejando nos tornar profissionais competentes em suas respectivas Áreas de Conhecimento. Todavia, queríamos mais. Aspirávamos ascensão intelectual através do acesso à Pós-Graduação *Stricto Sensu*, na utopia de emancipação das amarras impostas pelo “CIStema colonial moderno” (Nascimento, 2021, p. 82), que é branco, heteronormativo e elitista.

Como viemos fazendo ao longo do presente relato, compartilharemos com vocês, queridas e queridos leitores, questionamentos que nos acometeram durante esta parceria e que possivelmente possam também ter lhes inquietado, a seguir: como foi experienciar a troca de Cartas Pedagógicas? O que aprendemos sobre o outro e sobre nós mesmos através deste movimento de escrita e permuta? O que as Cartas Pedagógicas fizeram conosco e o que pretendemos fazer com isso a partir de então? Estas e outras inquietações permanecem nos fazendo refletir sobre como poderemos contribuir efetivamente como intelectuais bichas pretas periféricas e agentes epistemopolíticos.

Como assim tornar-se bicha preta periférica?

Mesmo que sejamos (nós, os autores deste artigo) sujeitos que assumem suas identidades interseccionais bichas pretas periféricas, o que nos daria um sentido de identidade de grupo, somos, todavia, sujeitos com histórias de vida distintas. Desta forma, percorremos caminhos e trilhas singulares, bem como somos atravessados por

sujeitos significativos que nos ensinam saberes imprescindíveis à nossa constituição identitária.

Quando pensamos sobre nossas identidades interseccionais, de modo automático afirmamos que nascemos sujeitos periféricos. Mas será que isso se aplica também a nossa identidade racial? E quanto a nossa sexualidade?

Antes mesmo de buscarmos argumentar sobre as questões acima referidas, cabe-nos salientarmos que, para entendermos o conceito de identidade, não podemos desassociá-lo de outro conceito, o de diferença. Dito de outro modo, trazer os conceitos de identidade e diferença, separadamente, não faria sentido, uma vez que “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (Pereira, 2022, p. 256), ou seja, enquanto a identidade é relacional, consideramos a diferença como sendo algo relativo a outras identidades, estabelecida através de uma marcação simbólica (Woodward, 2014).

Desta forma, ao retomarmos as questões supracitadas, trazemos conosco marcas sociais da diferença, uma vez que a identidade racial vista como certa, como ideal, é a identidade branca, o que nos faz ser o outro, o diferente do certo, diferente daquilo considerado ideal. O mesmo se aplica a nossa sexualidade, pois quando ainda crianças, damos indícios de que éramos diferentes, mais delicados, mais sensíveis, mais alegres, sempre mais alguma coisa. E ao sermos alguém com tantos adjetivos potencializados pelo advérbio ‘mais’, estamos longe de sermos o padrão heteronormativo que esperavam de nós. Em sua Carta Pedagógica, o autor AC fez a seguinte revelação:

Sendo eu homossexual (aquele que facilmente é lido como gay afeminado, viadinho, baitola, balde, mona etc.) e negro (preto, pretim, neguim, mulatinho, moreninho etc.), carrego comigo marcas que a expressão a mim referida como motivo de piada e que, por longos anos, me fizeram sentir vergonha de ser quem eu era: Além de preto é bicha? Como se ser preto ou bicha fossem coisas ruins. E quando ambas as adjetivações representavam a mesma pessoa, forjaria ali uma sinergia tamanha que tornaria aquela pessoa em algo ainda pior, muito pior (AC, 2022, p. 2).

Reconhecer que somos sujeitos em construção identitária e que nossas identidades interseccionais precisam ser abraçadas, defendidas e até mesmo reivindicadas, torna-se um processo demorado e muitas vezes doloroso, podendo ou não sermos aceitos como somos, até mesmo em nosso seio familiar. Situação similar aconteceu quando o autor DA revelou sua sexualidade para sua família, conforme excerto retirado de sua Carta Pedagógica:

Sobre minha identidade de ser um homem gay, me lembro do meu pai perguntar: você sabe que vai queimar no inferno, né? Isso ecoou por um tempo, mas não faz mais ressonância em quem eu me tornei. [...] Crescer e formar uma identidade sob estes atravessamentos (bicha preta e periférica), é caminhar criando mecanismos de defesa, armaduras, sublimações, é viver o presente tendo dia sim, dia também, nossa humanidade e nosso direito de existir questionados de maneira sistemática (DA, 2022, p. 2).

Quando DA destaca o sentido de ter sua humanidade e direito de existir questionados, nos remetemos ao conceito de bomba cultural, defendido por Ngũgĩ wa Thiong'o. Para ele, “o efeito de bomba cultural é aniquilar a crença das pessoas nos seus nomes, nos seus idiomas, nos seus ambientes, nas suas tradições de luta, em sua unidade, em suas capacidades e, em última instância, nelas mesmas [...]” (wa Thiong'o, 2005 *apud* Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2020, p. 13).

De que forma não sucumbir à aniquilação gerenciada por essa bomba cultural lançada pelo CISTema colonial moderno? Cabe-nos confessar que não temos uma receita pronta, mas inferimos que, ao nos tornarmos sujeitos epistemopolíticos e, portanto, intelectuais transgressores, já estaríamos incomodando muita gente e isso seria um bom começo.

Conclusão ou guisa à reflexão?

A educação como alicerce na vida de qualquer sujeito, torna-se uma grande ferramenta de impulsionamento, libertação e expansão do modo de pensar e agir, além de possibilitar outras oportunidades de ascensão e de acesso a bens e serviços, emprego

e cidadania, mas em especial para pessoas negras, inseridas em uma sociedade racista e antinegra de forma estrutural, é um dos caminhos para emancipação de muitas amarras e heranças coloniais. Como ressalta bell hooks (2017, p. 10), “aprendemos desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto era um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas estratégias brancas de colonização racista”. O pensamento da autora evidencia a importância que a educação, como estratégia, tem desde muito tempo, no processo de emancipação e transformação da comunidade negra.

Essa importância da educação como ferramenta de emancipação e transformação ganha contornos ainda mais marcantes, quando analisada à luz das intersecções de raça, classe e orientação sexual dissidente desta normatividade heterossexual. A exemplo do que nos explica Grada Kilomba (2019, p. 78), “no racismo cotidiano, a pessoa negra é usada como tela para projeções do que a sociedade branca tornou tabu. Tornamo-nos um depósito para medos e fantasias brancas do domínio da agressão ou da sexualidade”. Neste sentido, refletimos que ser homem e negro é ter um alvo nas costas. É carregar os estereótipos racistas sobre seu corpo. É ser assimilado como um corpo matável e não legítimo de intelectualidade, violências traduzidas na compreensão de epistemicídio, como nas palavras ditas por Sueli Carneiro (2005, p. 97) “um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais”. Além disso, é ter uma periculosidade (Fanon, 2008) imputada à pele.

Entendemos também que ser gay afeminado é tensionar cada espaço em que se adentra. É crescer sob uma nuvem carregada de discursos de inadequação, animalização e ridicularização. É sentir o não pertencimento, muitas vezes em espaços afrocentrados e/ou de masculinidades, por performar feminilidade.

E quanto ao ser periférico? É crescer sob várias camadas de limitações de escassez de recursos e abismos geográficos. É enfrentar preconceitos de classe e o etnocentrismo dos grandes centros, da branquitude e das classes média e alta.

Ser bicha preta periférica, é ter esse acúmulo de marcadores sociais que sistematicamente podem produzir uma série de desvantagens sociais que perpassam todas as fases do desenvolvimento humano: infância; adolescência; vida adulta, envelhecimento e finitude. É como correr uma maratona com pesos nos pés e ainda assim ter que alcançar a alta performance. Caso contrário, suas possibilidades e modos de existir dificilmente serão legitimados.

Posto isso, o que resta então para bichas pretas periféricas que almejam adentrar e que lutam por permanecer em espaços de poder, tais como a Academia? Já foi identificado que o caminho que se deve percorrer para sonhar com tal possibilidade seria o enfrentamento intransigente desta estrutura que tenta nos expurgar, assim como o faz um organismo que luta para se livrar de um vírus parasita, ao identificar que aquele corpo estranho não pertence àquele lugar.

Lucas Motta Veiga, ao ponderar acerca das estratégias de sobrevivências de bichas pretas neste mundo branco-heteronormativo, anuncia que “olhar de frente para o confronto, assumi-lo, é espalhar granadas por todo o tecido social, provocar explosões micro e macropolíticas, desestabilizar a política, a economia, a universidade, a rua, a religião, a mídia [...]” (2018, p. 91).

Pedindo licença ao autor, tomaremos a liberdade de trazer esta perspectiva para o contexto da vida acadêmica, uma vez que nós, bichas pretas periféricas, assumimos a responsabilidade de disputar este espaço, saímos de uma posição de oprimidos para atores/autores de nossas próprias narrativas, ressignificando nossa existência e rompendo os processos de apagamento.

Nesse caminho árduo, esburacado e repleto de armadilhas, quando corpos de bichas pretas periféricas conseguem adentrar na Universidade, permanecer nela e progredir à condição de pós-graduando, ou seja, quando sonho se torna possível, novas metas são traçadas, o que nos permite avistar além, fortalecendo, não somente a nossa identidade, mas também a busca pela autonomia intelectual, a produção de nossas próprias narrativas, a descolonização de nossos corpos e mentes das fantasias coloniais,

como nos denuncia Grada Kilomba (2019). Enfim, enfrentar tudo aquilo que tentou aniquilar sistematicamente nossas existências até ali, no espaço acadêmico. Afinal, nossa intelectualidade torna-se um meio e não um fim, proporcionando-nos opções viáveis para fazermos nossas escolhas. Escolhas livres e novos caminhos.

Referências

- ARAÚJO FREIRE, Ana Maria (Nita). Paulo Freire: a boniteza na minha vida. *In*: ARAÚJO FREIRE, Ana Maria (Nita). (Org.). **A palavra boniteza na leitura de mundo de Paulo Freire**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. *In*: Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson; Grosfoguel, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 p. 09-26.
- BRASIL. **Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016**. Ações Afirmativas na Pósgraduação. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&data=12/05/2016&pagina=47>. Acesso em: 24 jan. 2023.
- BRITO, Solange Aparecida da Silva. Narrativas e pesquisa (auto)biográfica: cartas pedagógicas entre pesquisadores “hermanos” (Brasil e Uruguai). *In*: SILVA-JÚNIOR, Adarlindo Vasconcelos da; PEREIRA, Antônio Cícero de Andrade; NAKAYAMA, Bárbara Cristina Moreira Sicardi; PINHEIRO, Rosa Aparecida. (Org.). **Escrita de Si e a Pesquisa em Educação**. Deerfield Beach, FL: Pembroke Collins, 2022.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CORDEIRO, Ana Luisa Alves; AUAD, Daniela. Estratégias de resistência de negras cotistas lésbicas e bissexuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n382622>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- DESS, Conrado. Notas sobre o conceito de representatividade. **Revista Urdimento**, Florianópolis, v. 1 n. 43, abr. 2022. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/21115>. Acesso em: 6 jun. 2024.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

- FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Fazer a aula com Cartas Pedagógicas: legado de Paulo Freire e experiência de reinvenção no ensino superior. **Revista Docência do Ensino Superior**. Belo Horizonte, v. 11, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/35283>. Acesso em: 19 nov. 2021.
- FREITAS, Ana Lúcia Souza de. **Leituras de Paulo Freire: Uma trilogia de Referência**. New York: Editora BeM, 2020.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LUDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto da. Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. **Revista Formação Docente**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 86–107, 2010. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/20>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- MORETTI, Cheron Zanini. Resistência. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. rev. e amp.; 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 415-416.
- MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 11-23, nov. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200003>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo, Jandaíra, 2021.
- OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de. O movimento (auto)biográfico no Brasil: esboço de suas configurações no campo educacional. **Investigación Cualitativa**. 2(1), pp. 6-26. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23935/2016/01032> Acesso em: 06 jan. 2022.
- PASSEGGI, Maria da Conceição. Narrar é humano! Autobiografar é um processo civilizatório. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; SILVA, Vivian Batista da. (Org.). **Invenções de vida, compreensão de itinerários e alternativas de formação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PEREIRA, Antônio Cícero de Andrade. Identidade quilombola e a educação superior: conceitos e contextos emergentes. *In: ASENSI, Felipe. (Org.). Visões da produção acadêmica.* Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2022.

SANTOS, Richard. **Maioria minorizada:** um dispositivo da racialidade. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100002>. Acesso em: 14 nov. 2022.

VEIGA, Lucas Motta. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. *Revista Tabuleiro de Letras*. Salvador, v. 12, n. 1, p. 77-88, 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.35499/tl.v12i1.5176>. Acesso em: 31 jan. 2023.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Pedagogical Letters among peripheral black fagots:

Experiences report on Dialogical-Identity Narratives in Postgraduate Studies

Abstract: This article aimed to share, through experiential accounts, how its authors (re)discovered themselves as peripheral black fagots within the realm of *Stricto sensu* Postgraduate studies to the extent that they established an academic partnership, resulting in the production of the final coursework in 2022. To achieve this, they chose Pedagogical Letters as another way of documenting their identity narratives. These records allowed them to reflect on the importance of occupying these spaces of power and announcing their intersectional identities as peripheral black fagots, as well as intellectuals and epistemopolitical agents.

Keywords: Pedagogical Letters; intersectional identities; Postgraduate studies.

Recebido: 15/09/2023

Aceito: 13/06/2024